

Extrativismo vegetal na Amazônia

história, ecologia,
economia e domesticação

...vere
...sa, jabo
...lorestais), e:
...ção para as gusúria,
...pu
...xtrativ
...aspectos,
...metano... trabalhos resultantes de pesquisa
...nos 20 anos, que sofreram adaptações, tendo sido publicados nas séries da...
...Revista Amazônia: Ciência e Desenvolvimento, Revista Ciência Hoje, Revista Estudos Avançados, Análise dos...
...tração e Sociologia Rural (Sober), Encontros da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (Ecoeco)...
...zônia e seminários diversos. Apresentamos o artigo que foi conhecido ao longo do tempo por meio dos cursos...
...tecnologia Agropecuária para o Brasil (Prodetab) do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, além...
...Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), esta, especial do Brasil da Amazônia...
...ase com relação ao extrativismo vegetal pós-arranque de Chico Mendes (1946-1983), envolvendo as polít...
...anizações não governamentais, que o colocam como cerne da... estão para a redução...
...atamentos e queimadas, para a geração de emprego e renda e como modelo de desenvolvimento adequado para a região amazônica.
...an desafio promover o desenvolvimento de cadeias produtivas de produtos dispersos em neo...
...quantidades, sem economia de escala, com falta de infraestrutura, baixa produtividade da terra e da mão de obra, perecibilidade e baixo valor dos pr...
...ogramas sociais como Bolsa Família. A separação em produtos florestais madretiros e não madretiros como concepção traduz a falsa ilusão d...
...do sustentáveis por definição. A sustentabilidade econômica versus t...
...endera da taxa de extração... nem sempre a sustentabilidade biológica garante a sustentabil...
...NÃO é diferença do ponto de vista econômico com relação a essa separação. A designação de produtos tradicionais, por si só, não é...
...odutos extrativos da Amazônia, considerados inexistentes, pe...
...cidade amazônica... famílias...
...o euzaireiro... o jambu, o guaranazeiro...
...para garantir a geração de re...
...garantir a preservação dos estoques re...
...tropical, que foi a seringueira, efetuada...
...com a seringueira, a castan...
...o equivoco...
...ma...

Alfredo Kingo Oyama Homma
Editor Técnico



Cap. 14

Alfredo Kingo Oyama Homma
Rui Carvalho de Amorim

A derrubada das castanheiras no sul do Pará¹

No período de 8 a 18 de setembro, estivemos visitando as áreas de castanhais no sul do Pará, em decorrência do Convênio Embrapa/Sectam. Em Marabá, as invasões nas sedes do Incra e da CEF, pelos integrantes do MST e dos garimpeiros, respectivamente, retratam que esses eventos constituem apenas a face visível do *iceberg* social-econômico-político dessas áreas que centralizavam a produção de castanha-do-pará. Nas últimas três décadas, essa região tem sofrido as maiores intervenções humanas desde o início da ocupação da Amazônia. A conexão de Marabá com a Rodovia Belém-Brasília em 1969, a Transamazônica em 1971, a guerrilha do Araguaia em 1972, o início da construção da hidrelétrica de Tucuruí em 1976, a abertura da PA-150, o Programa Grande Carajás em 1980, o auge da Serra Pelada em 1983, a inauguração da Estrada de Ferro Carajás em 1985, a implantação da Hidrovia do Rio Araguaia em 1995, entre outros eventos, constituem fatores que levaram à contínua subtração dos estoques de castanhais.

O fluxo migratório cujo sentido de luta tinha por objetivo o uso da terra para fins agrícolas conflitava com a conservação ou a preservação dos castanhais. Esse fluxo, facilitado pelas vias de acesso rodoviário e ferroviário, resultou, também, na transferência de problemas de outras áreas do País para aquela região, exteriorizados pelos violentos conflitos fundiários que sempre preocuparam desde a criação do Getat em 1980 e a sua extinção em 1987, sem conseguir uma efetiva solução para esse xadrez fundiário. O saldo, naturalmente, sempre foi a contínua destruição dos estoques de castanhais.

Essas transformações mostram, também, um evidente conflito entre a opção do desenvolvimento pelos novos atores sociais que entram em cena, como pecuaristas, madeireiros, capital nacional e internacional interessado na exploração mineral, produção de energia elétrica e, mais recentemente, na expectativa da produção de soja. Em outro conjunto,

¹ Publicado originalmente em Homma e Carvalho (1998) e Homma e Carvalho (1998/1999).

os posseiros, os pequenos agricultores e, mais recentemente, os integrantes do MST, passaram a pressionar as reservas remanescentes dos castanhais, procedendo a sua substituição por atividades agrícolas, por questão de sobrevivência. Permanecem nessas áreas enquanto a fronteira agrícola mantém essas características, mas mudam para novo local quando a fronteira passa a constituir em ameaça à sua sobrevivência, pela perda da fertilidade do solo e esgotamento das reservas madeiras, inclusive as castanheiras.

A destruição das castanheiras, apesar de a espécie ser protegida legalmente contra a sua derrubada desde a década de 1960, está relacionada também com a perda de competitividade frente a outras alternativas econômicas. O valor da castanheira em pé, mesmo que possa produzir *ad infinitum*, a manter o atual valor, sem a sua verticalização pelos coletores, dificilmente será atrativo para a sua manutenção. A valorização do mercado de cupuaçu fez com que a manutenção dos cupuaçuzeiros nativos seja mais rentável do que as castanheiras. Esse fato está levando, por sua vez, o plantio domesticado dessa espécie, chegando, por exemplo, no Castanhão Araras, a percentuais de 70% para domesticado e 30% para extrativo e o inverso no Projeto Agroextrativista de Praialta e Piranha, em Nova Ipixuna. A atividade extrativa por si só não consegue garantir a sustentabilidade econômica, exigindo a implantação de agricultura de subsistência, daí o evidente risco quanto à sustentabilidade ecológica e econômica a médio e longo prazos.

A localização dos atuais assentamentos fundiários e das invasões de propriedades em áreas de castanhais constitui outra variável de pressão emergente que está levando à derrubada de castanheiras para ocupação para agricultura de subsistência em simbiose com os extratores de madeira.

Enquanto ocorria a expansão das pastagens, durante as décadas de 1970 e 1980, as castanheiras eram mantidas e mortas em pé, pela derrubada e queimada, pelo contínuo uso do fogo para a limpeza das pastagens e pelos incêndios florestais. Uma visão dantesca desse quadro pode ser vista, por exemplo, na estrada que vai de Eldorado dos Carajás a São Geraldo do Araguaia. Nas décadas anteriores, a grande disponibilidade de oferta de madeira, a sua proibição e a constante abertura de novas frentes de expansão faziam com que esse recurso não fosse plenamente utilizado pelas serrarias.

Um fato emergente está relacionado com a dificuldade de acesso a novas áreas para a extração madeira motivada por pressões ambientais e a abertura de novas rodovias, que tendem a ficar cada vez mais difíceis nos anos futuros, o que justificaria a necessidade de incentivar a silvicultura na Amazônia. Isso tem induzido à defesa do aproveitamento das castanheiras mortas, sujeitas a ameaças de expansão da fronteira agrícola como está ocorrendo nas áreas de

invasões no sul do Pará, bem como o aproveitamento das castanheiras improdutivas ou desvitalizadas.

A controvertida Portaria 108, de 18 de setembro de 1997, do Ibama, que autoriza o processamento e a comercialização de castanheiras, exceto para exportação, com vigência a partir de 1º de janeiro de 1998, nos municípios de Eldorado dos Carajás e São Geraldo do Araguaia, tem se constituído em novo fator de derrubada de castanheiras. Em que pese os aspectos positivos da referida portaria, torna-se bastante difícil o seu cumprimento, pela complexidade que a questão envolve.

Warren Dean (1932-1994), no seu clássico livro *A Ferro e Fogo*, que veio a público após seu trágico acidente em 1994, relata a destruição da Mata Atlântica, que ficou reduzida a menos de 8% da cobertura original à época do descobrimento do Brasil. De maneira similar, esse mesmo fenômeno está ocorrendo no sul do Pará com relação aos castanhais. Esperamos que esses fatos sirvam como reflexão quanto à definição de uma política pública que procure ocupar as áreas desmatadas e preservar as remanescentes. Chama a atenção isso exigir uma ação hercúlea, que ultrapassa as boas intenções e esperanças de inúmeras propostas de projetos pontuais com financiamentos internacionais. Em outro aspecto, a redução dos desmatamentos no sul do Pará implica na condução de políticas públicas efetivas também nos locais de origens dos migrantes, reduzindo a sua vinda para a Amazônia. Há ainda a necessidade de tecnificar e treinar os agricultores, visando à intensificação das atividades produtivas para induzir à permanência na mesma área espacial. Ainda há tempo de reverter essa situação.